



Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e nove (04.05.2009), às quatorze horas e trinta minutos (14h30min), no plenário dos Colegiados, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para sua 26ª (vigésima sexta) Sessão Ordinária, sob a presidência do Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. José Omar de Almeida Júnior, João Rodrigues Filho e Marco Antônio Alves Bezerra. Constatou-se, ainda, as presenças do Dr. Edson Azambuja, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, e do Sr. Alan Furtado Silva, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente, invocando a bênção de Deus, declarou aberta a sessão, e deu conhecimento da **pauta**, que consistiu em: 1) Apreciação de Atas; 2) Eleição para Secretário; 3) Autos nº. 005/2008 – Processo Administrativo Sumário nº. 007/07 (Dr. Alcir Raineri Filho); e 4) Outros assuntos. Dando início, colocou-se em apreciação as **Atas da 11ª e 12ª Sessões Ordinárias**, do período em que o Dr. Cesar Augusto Margarido Zaratín exercia a função de Secretário do Colegiado, bem como as **Atas da 25ª Sessão Ordinária e da 39ª Sessão Extraordinária**, restando todas elas aprovadas à unanimidade. Logo após, passou-se à **eleição de Secretário do Colégio de Procuradores**, tendo em vista a expiração do segundo mandato consecutivo da Dra. Elaine Marciano Pires. Em discussão, todos os demais membros presentes se declararam impossibilitados de assumirem a função, devido ao acúmulo de atribuições. A atual Secretária, por seu turno, manifestou interesse em continuar à frente da Secretaria, tendo em vista a sua afinidade com o serviço, ressaltando, porém, que outra recondução não seria possível, de acordo com o Regimento Interno. O Presidente propôs, então, uma nova recondução, em caráter excepcional, da Dra. Elaine Pires como Secretária do Colegiado. Em votação, a proposta restou acolhida por unanimidade. Em seguida, o Dr. Alcir Raineri Filho retirou de pauta, para apresentação na próxima sessão, os **Autos nº. 005/2008**,

referentes ao Processo Administrativo Sumário nº. 007/07. Dando prosseguimento, o Presidente informou ao Colegiado que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, por maioria, não conheceu da **consulta efetuada pelo Ministério Público acerca do pagamento da produtividade aos servidores do quadro auxiliar**, realizada na gestão anterior, pois, segundo o entendimento daquele Conselho, as consultas devem ser formuladas em tese, não sendo admitidas análise de questões administrativas concretas, decorrentes de interesse individual ou de matéria *sub judice*. Em seguida, o Dr. Clenan Renaut levantou questão acerca do **pagamento de incentivo funcional** a determinados membros da instituição, salientando que o Colegiado já havia deliberado positivamente em sessão anterior, solicitando, para tanto, o *referendum* dos colegas para efetuar o mencionado pagamento, de forma parcelada, a contar do corrente mês. Em votação, a decisão restou referendada à unanimidade. Ato contínuo, o Dr. Edson Azambuja, Presidente da ATMP, fez uso da palavra para tecer elogios à gestão da Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães à frente da Chefia da Instituição que, até esta data, encontrava-se de férias. Logo após, o Dr. Clenan Renaut comentou acerca de uma **nova resolução do CNMP**, ainda a ser publicada, que tornam mais rigorosas as restrições referentes ao nepotismo, direto e cruzado, que refletirá imediatamente em determinados cargos em comissão desta instituição. Dando prosseguimento, a Secretária procedeu à leitura do **Ofício nº. 032/28ª PJC**, da lavra do Dr. Cesar Roberto Simoni de Freitas, 28º Promotor de Justiça da Capital, em que sugere a alteração de atribuições da 26ª, 27ª, 28ª Promotorias de Justiça da Capital e das cinco oficiais perante as Varas das Fazendas Públicas ou, alternativamente, a instalação da 31ª Promotoria de Justiça da Capital, conferindo-lhe atribuições na área de habitação e defesa da ordem urbanística. Com a palavra, a Dra. Leila Vilela requereu fosse registrada a sua sugestão de inclusão das atribuições referentes à habitação e defesa da ordem urbanística para uma das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, visando à uma melhor distribuição do serviço. Após amplo debate sobre o tema, deliberou-se, à unanimidade, pelo encaminhamento do expediente à Comissão de Assuntos Institucionais para análise e posterior deliberação. Em seguida,

fazendo uso da palavra, a Dra. Angélica Barbosa da Silva comentou a **inexistência da efetividade do controle externo da atividade policial** pelos Promotores de Justiça na área criminal, solicitando, para tanto, maior conscientização do tema junto aos membros, para que o Ministério Público não perca tal prerrogativa. Os Drs. Clenan Renaut, Vera Nilva, Ricardo Vicente e Leila Vilela teceram considerações a respeito, e o Dr. Alcir Raineri, por sua vez, na condição de Corregedor-Geral, comunicou que já tomou providências nesse sentido. Em seguida, o Dr. Edson Azambuja, Presidente da ATMP, fez uso da palavra, expondo seu posicionamento acerca dos assuntos ora debatidos: 1) quanto à alteração de atribuições da 28ª Promotoria de Justiça da Capital, entende que a questão requer urgência, bem como uma redistribuição das atribuições das demais Promotorias de Justiça da Capital, para atender à sociedade com maior presteza; e 2) já com relação ao controle externo da atividade policial, ressaltou que os promotores necessitam, sim, de uma cobrança dos trabalhos e relatórios, mas entende que o Ministério Público precisa de uma agenda única de discussões, entre os Membros e a Administração Superior, visto que os problemas vão muito além dos levantados nesta sessão, porque o Promotor de Justiça do terceiro milênio é o “Ministério Público Social”. Ato contínuo, o Dr. Ricardo Vicente fez uso da palavra parabenizando a explanação do Dr. Edson Azambuja, especialmente no que concerne à tese do “Ministério Público Social”, tema este que vai ao encontro de algo que sempre defendeu, tanto que existe há anos a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, que lida com o chamado “terceiro setor”. Retomando a palavra, o Presidente disse que também é adepto dessa tese, antes mesmo de sua eleição, lembrando que já foi implantado neste órgão o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e, atualmente, encontra-se em elaboração o Planejamento Estratégico do Ministério Público para os próximos quinze (15) anos, em que a população será convidada a expor o que espera da instituição. Em seguida, a Secretária lembrou que no próximo dia quatorze (14/05/2009) se encerram os **mandatos das Comissões Permanentes do Colégio de Procuradores**, havendo necessidade de eleições na próxima sessão. Aproveitando o ensejo, o Dr.

Ricardo Vicente solicitou a inclusão, na próxima pauta, da questão da tabela de substituição automática das Procuradorias de Justiça. Após, o Dr. Edson Azambuja, Presidente da ATMP, fez convite, a todos os membros presentes, para a comemoração do Dia das Mães. Em seguida, a palavra foi cedida ao Dr. Felício de Lima Soares, 1º Promotor de Justiça de Miracema do Tocantins, que fez algumas ponderações ao Colegiado: 1) levantou questão acerca da ilegalidade da homenagem a pessoas ainda vivas, com nomes em construções públicas no município de Palmas, solicitando intervenção do Ministério Público a respeito; 2) quanto à segurança pública, sugeriu ao CAOP Criminal a oficialização de grupos de debates, que hoje só existem informalmente, via internet, mas que tem surtido bons resultados; 3) com relação à concessão de licenças para cursos de aperfeiçoamento funcional, enfatizou a necessidade de reciclagem dos membros, solicitando, para tanto, a redução do tempo mínimo de serviço previsto para se conseguir tal autorização; 4) mencionou a falta de Analista Ministerial na comarca de Miracema do Tocantins, vaga que, pelo seu conhecimento, teria sido extinta; e 5) por fim, comemorou a redução da criminalidade na cidade de Miracema do Tocantins, principalmente no tocante ao tráfico de drogas, resultado de trabalhos de inteligência, bem como o fato dos processos naquela comarca estarem em dia. Quanto à falta de servidor naquela comarca, a Dra. Leila Vilela comentou sobre as dificuldades enfrentadas na sua gestão com relação à nomeação de servidores, porém ressaltou que a proposta orçamentária aprovada para o ano corrente contempla o provimento de quarenta (40) cargos de Analista Ministerial, a serem criados. Por fim, os Drs. Ricardo Vicente, Angélica Barbosa, José Demóstenes e Clenan Renaut também se manifestaram quanto às questões suscitadas pelo Dr. Felício. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta minutos (16h50min), do que, para constar, eu, _____, Elaine Marciano Pires, lavrei a presente, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Colégio de Procuradores de Justiça

(continuação da Ata da 26ª Sessão Ordinária)

Clenan Renaut de Melo Pereira

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Angélica Barbosa da Silva

Vera Nilva Álvares Rocha

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Cesar Augusto Margarido Zaratini

Elaine Marciano Pires